



CONCESSIONÁRIA RIO BARRA S.A.

CNPJ/MF nº 02.893.588/0001-85

Balancos Patrimoniais Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)		Demonstrações dos Resultados Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)		Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)		
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	7.951	2.700	266.190	222.695		
Clientes (Nota 5)	2.051	1.930	(247.245)	(206.768)	6.208	(2.882)
Outros créditos	682	682	18.945	15.927		
	10.684	5.312				
Não circulante						
Depósito judicial	10.232	9.112				
Subvenção - projeto linha 4 metrô (Nota 6)	439.121	439.121				
Direito de Concessionário (Nota 6)	5.186.339	5.598.498				
Ativo Imobilizado	20.000	20.000				
	5.655.692	6.066.731				
Total do ativo	5.666.376	6.072.043				
Passivo						
Circulante						
Impostos, taxas e contribuições a recolher	685	604				
Obrigações com o poder concedente (Notas 6 e 7)	36.655	36.655				
Fornecedores	1.086	928				
Outras obrigações	324	279				
	38.750	38.466				
Não circulante						
Obrigações com o poder concedente (Notas 6 e 7)	402.450	402.450				
Obrigações com concessão (Nota 6)	5.186.339	5.598.498				
Provisões para contingências (Nota 8)	16.972	16.972				
Equipamentos sinistrados (Nota 7)	15.468	15.468				
	5.621.229	6.033.388				
Patrimônio líquido						
Capital social (Nota 9)	25.571	25.571				
Prejuízos acumulados	(19.174)	(25.382)				
	6.397	189				
Total do passivo e patrimônio líquido	5.666.376	6.072.043				
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais). 1 - Contexto Operacional. A Concessionária Rio Barra S/A ("Companhia" ou "Sociedade"), constituída em 14/12/1998, com sua Sede Social, situada à Avenida Rio Branco, nº 156 - sala 1702/1703, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 02.893.588/0001-85, de natureza jurídica como sociedade anônima fechada, detentora do Contrato de Exploração (Implantação e Operação) dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros da Linha 4 do Metrô na Cidade do Rio de Janeiro ("Contrato de Concessão"). A Companhia não possui ações ou quaisquer outros títulos de sua emissão negociados publicamente no mercado de capitais. A Companhia não possui planos ou intenção de emitir no curto prazo títulos de patrimônio ou dívida para negociação pública no mercado de capitais. Relativamente às notícias veiculadas em diversos meios de comunicação acerca do Projeto do Metrô da Linha 4 da Cidade do Rio de Janeiro, a Administração da Concessionária Rio Barra S.A. esclarece que, em razão destas, existem investigações visando apurar eventuais irregularidades. Entretanto, os procedimentos estão em fase de esclarecimentos e por este motivo a Concessionária Rio Barra S.A. não identificou multas, dívidas ou quaisquer outros passivos que, até a presente data, venham a ter reflexo nas demonstrações contábeis da Sociedade. 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que incluem os novos dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022, todos os gastos relevantes incorridos pela Companhia estavam relacionados à aquisição de seu ativo intangível e por tal motivo foram capitalizados. A partir/08/2016, iniciou-se a operação comercial da Linha 4 do Metrô da cidade do Rio de Janeiro. Em 2023 e 2022, a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia foram arredondadas para milhares de Reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Em 18/03/2024, a Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis do exercício social findo em 31/12/2022. 3 - Principais Práticas Contábeis. a) Receitas e despesas. São contabilizadas, substancialmente, de acordo com o regime contábil de caixa. b) Direitos e obrigações sujeitos a cláusulas contratuais de correção. Os direitos e obrigações sujeitos a variações monetárias e juros são ajustados aos índices contratuais ou às taxas de juros específicos, conforme seja aplicável. c) Receita de operação. Em 1º/08/2016, foi iniciada a operação comercial da Linha 4 do Metrô da cidade do Rio de Janeiro. A Concessionária Rio Barra firmou em 18/06/2013 contrato com a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Metro Rio") para compartilhamento e repasse de receitas, sendo a Metro Rio responsável pelo controle, apuração e repasse da receita, a qual corresponde ao número de passageiros transportados, dessa forma, a Companhia efetua o faturamento e contabiliza as receitas relativas à operação comercial na demonstração de resultado. A partir/11/2019, para apuração da receita da operação a Metro Rio, passou a descontar incondicionalmente dos valores faturados as liberalidades, sendo tratadas como liberalidades, pessoas que utilizam o sistema de forma gratuita, mas por vontade unilateral do operador e não por obrigação legal. d) Caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data da contratação) com liquidez imediata em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de rendimentos até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado. e) Créditos projeto linha 4. Os créditos relativos à construção são registrados pelo valor das etapas de obras já concluídas e ressarcidos pelo poder concedente nos termos do contrato de concessão. f) Provisão para recuperação de ativos não financeiros. A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31/12/2023 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos. g) Outros ativos e passivos. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. h) Ajuste a valor presente de ativos e passivo. Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método						
Receita líquida de operação (Nota 11)						
			266.190	222.695		
Custo de operação						
			(247.245)	(206.768)		
Lucro bruto						
			18.945	15.927		
Receitas e despesas operacionais						
Administrativas e financeiras	(1.963)	(1.742)				
Serviços técnicos	(8.935)	(8.121)				
Provisões (Nota 8)	-	(7.568)				
Outras receitas	68	65				
	(10.830)	(17.366)				
Resultado operacional antes de IRPJ/CSLL	8.115	(1.439)				
Imposto de renda	(1.396)	(1.055)				
Contribuição social	(511)	(388)				
	(1.907)	(1.443)				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.208	(2.882)				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por ação	0,27	(0,12)				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)						
			Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	
Saldos em 31/12/2021	25.571	25.571	(22.499)	3.072	3.072	
Prejuízo do exercício	-	-	(2.882)	(2.882)	(2.882)	
Saldos em 31/12/2022	25.571	25.571	(25.382)	189	189	
Lucro líquido do exercício	-	-	6.208	6.208	6.208	
Saldos em 31/12/2023	25.571	25.571	(19.174)	6.397	6.397	
da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Sociedade não identificou ativos ou passivos para os quais o ajuste a valor presente fosse aplicável. i) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. 1) Julgamentos. A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. 2) Estimativas e premissas. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os registros contábeis e as operações estão sujeitas ao exame das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variáveis de acordo com a legislação fiscal específica aplicável. Ação Civil Pública nº 0102232-92.2017.8.19.0001 de improbidade administrativa relativa à construção e implantação da Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro, onde a Concessionária Rio Barra S.A. [consta no rol dos 31 réus]. A Concessionária Rio Barra S.A. apresentou defesa prévia na Ação Civil Pública e o Juízo ainda decidirá sobre a aceitação ou não da petição inicial, entretanto foi definido cautelarmente pelo juízo a penhora de 2% (dois por cento) da receita líquida da Companhia. Em 31/12/2023, o saldo acumulado em penhora é de R\$ 1.479.970,50. 3) Demonstrações dos fluxos de caixa. As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). j) Instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Sociedade são representados pelo caixa e equivalentes de caixas e obrigações do poder concedente. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. k) Contratos de concessão. A Sociedade contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas sejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da Sociedade porque o Contrato de Concessão não transfere a Sociedade o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Estado do Rio de Janeiro ("ERJ") na qualidade de poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação de serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público. A medida que o concessionário possui direito incondicional de receber caixa do poder concedente a concessionária reconhece um ativo financeiro (contas a receber). A amortização do direito de exploração da infraestrutura está sendo reconhecida no resultado desde 1º/08/2016, quando ocorreu o início das operações comerciais da Linha 4. l) Pronunciamentos contábeis. Não existem pronunciamentos emitidos e ainda não adotados que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado divulgado pela Sociedade. m) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados pelo lucro real, com base no resultado do exercício, ajustados por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. n) Remuneração da Administração. No exercício findo em 31/12/2023, não houve remuneração dos administradores referente a pró-labore. Não há benefícios pós-emprego de longo prazo e pró-desligamento aos administradores ou quaisquer colaboradores da Companhia.						
4 - Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras						
	2023	2022				
Caixa e bancos	7.951	2.700				
Caixa e equivalentes de caixa	7.951	2.700				
5 - Clientes. Estão representados por contas a receber o qual corresponde a arrecadação das bilheterias no trecho da Linha 4 a qual é apurada e informada pela Metro Rio, líquido de contas a pagar proveniente na sua maior parte pelos custos de operação, o qual corresponde a locação de material rodante e sistemas operacionais de propriedade da Metrobarra S.A. 6 - Direito de Concessionário, Obrigações com o Poder Concedente e de Concessão. Em 21/12/1998 a Companhia assinou junto ao ERJ o Contrato de Concessão para exploração do serviço público de transporte metroviário de passageiros da Linha 4, este, foi subsequentemente revisado e ajustado pelo primeiro, segundo, terceiro e quarto aditivo, assinados em 25/02/2010, 31/08/2012, 1º/10/2012 e 29/12/2015, respectivamente. O Contrato de Concessão e seus aditivos conferem à Sociedade o direito exclusivo de operar e explorar as concessões da Linha 4 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação com operadoras de outros modais de transportes. O prazo da exploração do Contrato de Concessão se encerra em 30/06/2036, salvo algum evento incerto como, eventuais prorrogações previstas contratualmente, novos termos aditivos ao Contrato de Concessão. A Sociedade é responsável pela construção, administração, operação, manutenção e reparação da Linha 4 do sistema metroviário do Rio de Janeiro. Nos termos do Contrato de Concessão e						
Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração e responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.						
11 - Receita Líquida de Operação						
	2023	2022				
Receita bruta com operação	271.646	227.289				
ISS	(5.456)	(4.594)				
	266.190	222.695				
12 - Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL. Em 31/12/2023, a Sociedade apresenta em seus registros prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$9.800 (R\$12.235 em 2022), a serem compensados com lucros tributários futuros, de acordo com os limites estabelecidos na legislação tributária. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social estão limitados a 30% dos lucros futuros anuais, sem prazo de prescrição. 13 - Outros Assuntos. Em 23/11/2012, os acionistas da Sociedade outorgaram a terceiros a opção de compra da totalidade do capital social da Concessionária Rio Barra S.A. Na mesma data estes terceiros outorgaram aos acionistas da Concessionária Rio Barra S.A. uma opção de venda da totalidade do capital social da Sociedade. Até a presente data nada foi concluído. 14 - Eventos Subsequentes. A Sociedade avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.						
Jakson Rodrigues Jaku - Diretor Presidente						
Márcia Tesorinha de Camargo - Contadora - CRC SP 209754/O						
O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos no caso o responsável pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 18/03/2024.						
Mário Vieira Lopes - Contador						
CRC-RJ - 060.611/O-0						
José Carlos de Almeida Martins						
Contador - CRC-RJ-036.737-0						